

Para bem representar o Brasil no exterior: exposições provinciais Baianas (1866-1888)

In order to well represent Brazil abroad: Bahian provincial exhibitions (1866-1888)

Cinthia da Silva Cunha^{*}; Suely Moraes Cerávolo^{**}

Resumo: o artigo apresenta, discute e problematiza a participação da província da Bahia e os eventos promovidos (1866-1888) para coletar produtos para as exposições nacionais do Rio de Janeiro e, posteriormente, representá-la nas Exposições Universais no exterior. Ocorridas no período do Segundo Reinado, sob a supervisão pessoal de D. Pedro II, as exposições consideradas oportunidades únicas para apresentar o país como nação moderna e progressista, exigiu desta província grandes esforços escamoteando as contradições regionais.

Palavras-chave: Exposições Provinciais da Bahia. Exposições Universais. Império.

Abstract: This paper evaluates and discusses the participation of the province of Bahia and the events organized between 1866 and 1888 to collect products for the national exhibits in Rio de Janeiro and, later, to represent the state in Universal Expos abroad. Considered unique opportunities to present Brazil as a modern, progressive nation during the period known as the Second Reign, under the personal supervision of Dom Pedro II, this process demanded a great deal of effort from provincial authorities as it was necessary to play down regional contradictions.

Key-words: Bahia's Provincials Exhibitions. Universal Expositions. Imperial.

1. Introdução

O ato de expor consagra um posicionamento político, materializa um dado discurso e a defesa de uma visão de mundo e nesse enquadramento figuram as exposições internacionais e os eventos ocorridos no Brasil ao longo do século XIX. Os objetos expostos não são escolhidos aleatoriamente, nem sua distribuição no espaço é fortuita. Cada vitrine, legenda, catálogo, cada recurso visual foi pensado para a consolidação dos ideais propostos. Os grandes eventos expositivos do século XIX marcaram a consolidação da Sociedade do Espetáculo, como propõe Guy Debord (1997), em que prevaleceu o discurso, as necessidades criadas pelo consumo ante as necessidades concretas. O espetáculo unifica a sociedade e faz a mediação das relações sociais.

^{*} Possui graduação em História pela UFBA e mestrado em História Social pela mesma Universidade. Atualmente, é doutoranda em História Social pela UFBA. cinthiahistoriadora@gmail.com

^{**} Possui graduação em História (iniciado Sedes Sapientie PUC/SP, finalizado na UFBA); mestrado em Ciência da Informação e Documentação (ECA/USP) e doutorado em Ciências da Comunicação (ECA/USP, 2004). Realizou estágio de pós-doutoramento na área de Museologia (História dos Museus no Brasil) junto ao Museu Paulista/USP. É docente do Departamento de Museologia e professora do quadro permanente do PPGMUSEU/UFBA. É líder desde 2004 do Grupo de Pesquisa Observatório da Museologia na Bahia e membro do Conselho Editorial dos Anais do Museu Paulista e dos Cadernos de Pesquisa (UFMA). Bolsista PQ-2 CNPq. sumocem@gmail.com

Exposições grandiosas como as Universais e as sucedâneas de menor porte, caso das provinciais ocorridas na Bahia, tiveram o objetivo de propagar a ideologia burguesa da modernidade e prosperidade. Têm-se dentre os aspectos marcantes destas exposições: o universalismo, o enciclopedismo e o didatismo correspondendo a ambição de apresentar um elo comum, aproximando culturas diversas através das exposições, reunir conhecimentos segmentados em ramos definindo-os, categorizando e os resumindo em sínteses expositivas para tornar apreensível todo o enorme volume de informações e experiências possibilitadas pelas mostras para o público visitante e demais interessados. A ampla designação “universal” abarcava igualmente as transformações por que passava a sociedade capitalista do período e, pelo caráter de economia mundial pretendido pelo sistema industrial (TURAZZI, 1995, p.27). Espaços de celebração, as nações mais ricas simbolizavam a alta cultura e a modernidade, enquanto as nações periféricas, quando convidadas, representavam o exótico e o fornecimento de matérias primas. Centradas em discursos etnocêntricos estabelecendo ou reforçando estereótipos, reduzindo a complexidade das sociedades participantes à representação material, os pavilhões magníficos, a amostragem grandiosa de produtos ordenados segundo categorias pré-concebidas hierarquizavam os países e povos ali representados.

Procuramos no presente texto¹ apresentar, discutir e problematizar como se deu o alinhamento da província da Bahia aos planos do Imperador D. Pedro II e seu gabinete na representação nacional, de modo a ser integrada aos eventos internacionais. Pergunta-se como a Bahia colaborou com o projeto imperial e quais imagens e representações construiu para figurar nas mostras nacionais e internacionais quando o Império do Brasil pretendia escapar do exótico e mostrar progressos técnicos, expor em seus pavilhões o beneficiamento de sua natureza sempre remetendo ao futuro promissor. A participação da província da Bahia requereu, como se verá adiante, grande esforço humano e de investimento intelectual e financeiro. Ocupou governantes, intelectuais e profissionais que cuidavam da organização, exigiu logística sofisticada para o transporte dos produtos, eficiente fluxo de comunicação entre a capital e as vilas para cumprir as regras estabelecidas pela capital do Império, e esta pelos países sede dos eventos. Do envio dos convites à escolha de membros da comissão organizadora a província precisava superar obstáculos para se ajustar e apresentar o melhor que a Bahia então produzia.

¹ O texto resulta da pesquisa de mestrado defendida em 2010, PPG História/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ UFBA.

2. Etapas, estrutura e funcionamento das exposições na Província da Bahia

O planejamento de uma exposição internacional seguia etapas delimitadas. A nação sede enviava os convites para os países instando-os a participar da festa, determinava os espaços para a construção de pavilhões dos países convidados, definia as classes e categorias de produtos que poderiam concorrer aos prêmios e menções honrosas dentre outras providências. O número de expositores passava dos milhares e a visitação chegava aos milhões.

No Brasil, recebido o convite o Imperador escolhia a Comissão Geral de Exposição composta por políticos influentes e pessoas de diferentes categorias profissionais (médicos, arquitetos, comerciantes), encarregados de levar a cabo a exposição nacional e a representação brasileira no exterior, notificando as províncias que iniciavam os preparativos. A partir daí e escolhida a Comissão Diretora da Exposição Provincial² iniciavam-se os pedidos aos inventores, artistas, donos de indústrias e demais produtores esperando o envio de amostras de suas criações que passariam por um júri de qualificação e, caso escolhidos, seguiriam para a cidade do Rio de Janeiro. A Tabela 1, a seguir, indica os anos de participação da província da Bahia em relação às exposições nacionais e internacionais com base na documentação levantada.

Tabela 1 - Exposições Universais, Nacionais e Baianas

Exposições Universais	Ano	Exposições Nacionais - Rio de Janeiro	Exposições Provinciais Baianas
Londres	1851		
Paris	1855		
Londres	1862	1861	
Paris	1867	1867	1866
Viena	1873	1873	1872
Filadélfia	1876	1875	1875
Paris	1878		
Buenos Aires	1882		
São Petersburgo	1884		
Paris	1889	1889	1888

² Composição: presidente, vice-presidente (por vezes, primeiro e segundo vice-presidentes), secretário, tesoureiro, comissários e outros membros de apoio voluntário; todos sem remuneração. Salienta-se que no levantamento de fontes em arquivos soteropolitanos não foi encontrada qualquer referência às prestações de contas e pedidos de crédito, nem pagamentos aos membros das Comissões Provinciais.

A comunicação por correspondências, jornais ou outros informes salientava as possibilidades de novos negócios e do conhecimento de novas técnicas, incrementando a produção nacional, o que daria à Bahia maior reputação, reforçando ganho de lucro simbólico, portanto, do capital simbólico particular e coletivo. O produtor podia contar com a expectativa de um prêmio e, eventualmente, por algum lucro efetivo ao ter seus produtos mais conhecidos e, até mesmo, aumentar suas vendas. Comércio e reputação se encontravam na linha do horizonte do evento.

O passo seguinte era organizar a exposição propriamente dita, adaptando espaços possíveis na cidade do Salvador. O Liceu Provincial³ parece ter sido um desses locais, vistoriado pelos membros da Comissão que solicitava o orçamento dos gastos necessários para o evento final. Não temos a descrição exata das adaptações efetuadas para a instalação das exposições baianas, mas, a documentação aponta despesas com iluminação, construção de vitrines para proteger as peças mais delicadas e limpeza. Regulamentos determinavam a organização dos eventos nacionais e provinciais normatizando as classes de produtos de acordo com as categorias estabelecidas fora do país, necessariamente adaptadas às possibilidades locais, além de regras para o acesso do público e indicação das inaugurações.

Cita-se, por exemplo, parte das normas do “Regulamento para a abertura do serviço da Exposição da Bahia de 1872”, inaugurada no dia 10 de novembro, trazendo indicativos para a exposição, visitantes, júri de qualificação e as recompensas, além do processo de abertura e finalização das exposições provinciais. O mobiliário expositivo era fornecido gratuitamente, composto por mostradores de madeira e vitrines para acomodar e proteger objetos delicados, já os envoltórios para a preservação corriam pelos produtores/expositores. Outra cláusula instruía a obrigatoriedade em que todos os produtos expostos deveriam estar identificados com nota explicativa: o nome do fabricante, criador ou dono do objeto. Para além destes cuidados a segurança dos objetos e do evento seria garantida por guardas:

Ilmo. Exmo Snr

Abrindo-se, segundo as determinações de V. Ex.cia, a Exposição provincial no dia 20 do corrente as 12 horas, conta a Comissão que V. Ex.cia haverá com a sua presença essa festa patriótica, e lembra a

³ A lei que criou o Liceu Provincial é de nº33, de 09 de março de 1836, inaugurado em 07 de setembro de 1837. Tinha em suas dependências o Gabinete de História Natural que recolhia, abrigava e classificava peças de etnografia baiana. O liceu provincial teve seu Regulamento modificado e foi tornado Instituto Oficial de Ensino Secundário (1890) e, posteriormente, Ginásio Baiano instalado em 1903. (FARIA, Gelasio de Abreu. Memória Histórica do Ensino Secundário Oficial na Bahia durante o primeiro século 1837-1937). Sobre o Museu não foram localizados documentos que esclarecessem sobre sua localização e funcionamento.

V. Ex.cia a conveniencia de ordenar que sejam postos a nossa disposição alguns guardas policiaes para manter a ordem no recinto, alem da Muzica necessaria para abrilhantar a solenidade⁴.

A exposição funcionava das dez horas da manhã até as vinte e duas horas, exceto nos dias de inauguração e encerramento, momento em que se realizavam solenidades e discursos do Presidente da Província, dos membros das comissões e outros ilustres que desejassem ter sua fala registrada nesses certames da modernidade, reservada a convidados dos organizadores e autoridades “civis e militares”, além de “pessoas gradas”. Em geral os discursos enalteciam o Império, a Bahia e sua intelectualidade, odes ao trabalho glorificando uma nova ética que, segundo as autoridades que discursaram, estava em implantação na Bahia e no Brasil.

Quando do andamento da Exposição eram escolhidos os membros do Júri para determinar as melhores peças para premio e envio à Exposição Nacional no Rio de Janeiro. Os cidadãos escolhidos para julgar a Exposição Provincial de 1872, eram titulados (professores, doutores)⁵, assim, com alguma formação profissional formal, indício que a classe letrada baiana ou ligados as instituições apoiavam a realização das exposições. Tem-se a noticia de que um artista, marceneiro, o português Victorino José Pereira foi membro do Júri de Qualificação⁶. Formariam o júri por sua *reconhecida inteligência e aptidão*, selecionando e premiando os expositores que refletissem melhor a província próspera e moderna que era a da Bahia. Uma modernidade questionável visto que, na maioria, os produtos que a província enviava eram manufaturas simples (tecidos de algodão, charutos, bebidas, etc.), obras de arte de artistas reconhecidos localmente (mobiliário, joias, artesanato), amostras de material etnográfico (flechas, arcos, vestimentas de penas e couros, etc.).

Encerrada a exposição o júri dispunha de alguns dias para apresentar suas escolhas, a imprensa divulgava a relação de expositores premiados, e os produtos enviados para a Corte. Os prêmios, medalhas e menções honrosas de forte caráter

⁴ APB/ Seção colonial e provincial, maço 1587-Ofício do Secretario da Comissão de Exposição Provincial, Dionísio Gonçalves Martins, datado de 15 de junho de 1875 ao Presidente da Província da Bahia.

⁵ Citamos alguns nomes: professor Francisco Barbosa de Araujo; Dr. Francisco Rodrigues da Silva (1831-1886), Diretor da Faculdade de Medicina; Professor José Francisco Lopes e Professora D. Anna Joaquina dos Santos Bonatio.

⁶ Arquivo do Estado da Bahia (APB) – Seção Colonial e Provincial / Comissão de Exposição da Bahia–maço 1568; Ofício de 10 de outubro de 1872, da Comissão Baiana de Exposição ao Presidente da Província da Bahia. Ele era marceneiro e entre 1842 e 1843, fez para a Igreja do Bonfim, seis bancos de jacarandá, com assento de palhinha, e um banco para descansar a cruz do Arcebispo (ALVES, 1976, p.135).

simbólico serviam de mecanismo de seleção dos produtores e demais expositores habilitados; uma recompensa e a possibilidade de ter o nome e produção figurando no panteão das mostras universais. Os premiados da Bahia estavam, em geral, nas categorias de produtos agrícolas, matérias-primas (café, algodão, cacau), derivados do açúcar de cana (cachaças, licores, etc.), produtos manufaturados, alguns móveis e charutos. O que fosse representativo das populações indígenas e sertanejas não entrava na relação de materiais premiados, mas eram colocados em exposição.

3. Acidentes, conflitos e impasses na organização das Mostras Baianas

A organização e execução desses eventos mobilizavam grandes esforços, somas e pessoas, aconteciam contratempos e incidentes deixando despontar as fragilidades das exposições baianas. As fontes pesquisadas deixam entrever o desenrolar de transtornos causadores de problemas para as comissões organizadoras e autoridades provinciais graças, principalmente, à precariedade dos transportes e enormes distâncias, os recursos insuficientes, certa má vontade de alguns produtores, por vezes, *o desfalecimento geral era superior à dedicação desenvolvida*⁷, rusgas entre expositores, a vinda e devolução dos produtos decorrendo perdas ou extravios que obstruía o trabalho das comissões.

No caso dos transportes⁸ há relatos de recebimentos e envios de acervos através de barco, via marítima, por navegação de cabotagem. Quando o pacote “Cotopaxi” chegou a localidade de Caixa-Pregos levando 18 caixões, contendo 5.220 exemplares da publicação “O Imperio do Brazil na exposição Universal de 1873 em Vienna d’Austria” que deveriam chegar às mãos do vice-consulado em Bordeaux, surgiu um imprevisto; o barco encalhou. A expectativa de que a embarcação pudesse demorar por prováveis reparos, fez com que o então presidente da província, o Visconde de Jaguarý, procurasse outro meio para que os volumes chegassem ao seu destino o mais rápido possível. Foi necessário transferir parte do “carregamento” para outra embarcação; o pacote “Inglez”⁹. Resolvido este imprevisto, chegaram a Viena os ansiados catálogos.

⁷ BPEB - Catálogo da Exposição Baiana de 1875, p.6.

⁸ A viação férrea na província da Bahia começa a partir da lei n°641, do governo imperial, de 26 de junho de 1852 (SIMÕES, 1977, p.21).

⁹ APB/ Seção colonial e provincial, maio 1873 - Correspondência da Comissão superior da Exposição Nacional ao Presidente da Província da Bahia em 3 de outubro de 1873.

Mais comum que navios encalhados era a demora na devolução de alguns produtos ou artefatos para os respectivos proprietários. A viúva Odília Velloso Touro, por exemplo, precisou recorrer por intermédio de seu procurador, Gustavo César Tourinho, ao presidente da província da Bahia por que um retrato miniatura “representando S. M. Imperial Napoleão 3º”, pintado por seu falecido esposo, enviado para figurar entre os “produtos do Brasil” na exposição em Londres de 1862, não foi devolvido e um ano havia passado¹⁰.

A troca de premiações foi outro motivo de reclamações indignadas. O expositor Antônio Álvares dos Santos viu seu prêmio obtido pela farinha de milho julgada pela Comissão da Exposição Provincial de 1872, entregue ao Sr. Antônio Gonçalves dos Santos que nem sequer havia inscrito nada semelhante. Lutava o preterido Antônio pela sua recompensa, uma medalha de cobre (prêmio de 2ª classe segundo o documento), sendo que, já havia recebido uma medalha de prata (prêmio de 1ª classe) pelo chocolate que expôs. Fato que nos faz ver as disputas dentro de uma arena não tão pacífica que essas exposições acabavam criando. Lutar por uma medalha, signo de distinção, fazia a diferença entre o anonimato e um lugar ao lado dos modernizadores. Ao mesmo tempo em que esses incidentes deixam transparecer certa improvisação, demarcando limites de organização e articulações com o interior para que acontecessem as exposições na capital, eles nos fazem vislumbrar os grandes esforços para que a província tivesse sua presença efetivada no cenário de modernização pretendido pela nação.

Apesar das limitações em realizar as exposições compensava o esforço em troca de eventuais negócios e lucro simbólico em benefício da boa imagem da Bahia frente ao Império e ao mundo civilizado. A despeito de todas as dificuldades, considera Mariana T. Kazan, o espírito de modernização se infiltrava pelas províncias aproximando-as e mostrando o “lado positivo” fortalecendo a comunicação entre elas (KAZAN, 2005, p.234). O esforço de elaboração dos eventos foi resultado da repercussão da propaganda das possíveis benfeitorias do progresso como a nova noção de trabalho, a importância das transformações industriais e também a nova eficácia da tecnologia para as produções industriais ou processamentos agrícolas. Esperava-se que trouxessem resultados comerciais; fator nada desprezível. Não

¹⁰ APB/ Seção colonial e provincial, maço 1568 - Carta enviada pelo Sr. Gustavo César Tourinho procurador de Odília Velloso Tourinho, em 11 de novembro de 1863 para a Presidente da Província da Bahia.

obstante as mais sedutoras benesses se postas frente a frente com outras condições esbarravam em obstáculos diversos.

O evento na cidade do Salvador cuja organização contava com recursos muito mais parcos e, por vezes, espaços improvisados ficava longe das poderosas estruturas criadas para dar suporte aos eventos universais.

4. Cada coisa em seu lugar: catálogos e classificações e o acervo da Bahia

Qual o lugar ocupava as classificações em todo o processo de organização das Exposições Universais? A oportunidade de seguir alguns catálogos nacionais e internacionais nos dá balizas para comparação. Para isso, tratamos dos seguintes aspectos que se relacionam: números que demonstram a magnitude das exposições universais; questões próprias às classificações e aos catálogos e uma amostragem dos produtos baianos através do Catálogo da Província da Bahia (1872). Nosso objetivo é o de fazer um balanço mais detalhado do hiato gerado entre o solicitado e o apresentado de exposição para exposição, sem perder de vista que nossa abordagem sobre os eventos provinciais pretende avaliar aspectos socioculturais que lhe foram intrínsecos ou decorrentes.

Uma fonte disponível para se ter essa dimensão é *Lês fates du progrès: le guide des expositions universelles 1851-1992* de autoria de Brigitte Schroeder-Gudehus & Anne Rasmussen (1992), que abrange mais de um século de eventos internacionais. A despeito das dificuldades que as autoras declaram enfrentado para sistematizar as informações, pela assimetria dos dados em razão das fontes disponíveis e por conjunturas particulares a cada uma das exposições, é possível fazer algumas comparações entre as exposições, observando mudanças e permanências entre elas. As exposições universais eram acontecimentos tão complexos e criaram um capital simbólico tão significativo que as autoras as consideram “entidades” no sentido de produção cultural autônoma, ainda que dependentes das condições históricas - econômicas, sociais, culturais e políticas - (SCHROEDER-GUDEHUS, RASMUSSEN, 1992, *Introduction* e p.9-20). Eventos poderosos criaram maneiras novas de interpretar o mundo em sintonia completa com a sociedade que se configurava; reflexo e causa personificados em novos espaços de socialização e lazer, uma nova visão quanto à família, privacidade, e em cidades mais amplas, arejadas, expostas (BARBUY; 2006, p.70-71).

Compomos com o trabalho de Brigitte Schroeder-Gudehus e Anne Rasmussen a tabela abaixo relacionando as Exposições Universais em que o Brasil participou. Além do país organizador, reproduzimos as designações oficiais, o tema, a duração, o número de expositores, o volume da visitação, as fontes de financiamento e a classificação que já nos dá um indicativo das disjunções de um evento para o outro.

Tabela 2 - Exposições Internacionais em números - 1862 a 1889

Ano	País	Designação oficial	Tema	Duração	Expositores	Visitação	Financiamento	Classificação
1862	Inglaterra	Exibição Internacional de Indústria e Arte – Londres 1862		184 dias	29.765	6.096.617	Comissão real	4 seções, 40 classes
1867	França	Exposição Universal de Paris 1867		217 dias	52.200	11.000.000 e 15.000.000	Financiamento público	10 grupos, 95 classes
1873	Áustria	Welt-Ausstellung 1873 in Wien	Cultura e educação	184 dias	53.000	7.255.000	Capital misto	26 grupos
1876	Estados Unidos	Exibição Internacional do Centenário – exibição de artes, manufaturas e produtos de [soil] e minas	Celebração do centenário da Independência Americana e da Declaração de 4 de julho de 1776	184 dias	30.864	10.000.000	Capital privado	7 grupos, 340 classes
1889	França	Exposição Universal de 1889 Paris	Comemoração do Centenário da Revolução Francesa	180 dias	61.722	32.250.297	Capital misto	9 grupos, 83 classes ¹¹

Números a partir dos quais se pode supor a grandiosidade dos eventos. A exposição de Paris de 1867, por exemplo, a segunda em que o Brasil participou, ocupou a área de 172 acres (43% foram reservados para a França), teve 52.200 expositores e, foi visitada de 11 a 15 milhões de pessoas de onde o Brasil trouxe 100 “recompensas” ou medalhas de mérito (SCHROEDER-GUDEHUS; RASMUSSEN, 1992, p.74-78).

A diferença de proporções entre os eventos internacionais e os organizados no Brasil é enorme. Desde os pavilhões construídos, a duração e a visitação, os espetáculos internacionais são o ápice do processo de exposição mundial. Porém, se encontra pontos de convergência, a exemplo, da classificação dos produtos e a organização dos catálogos das exposições, criando uma linguagem comum a todos os países participantes e permitindo que os júris de premiação avaliassem quais produtos mereciam a distinção de uma medalha ou uma menção honrosa.

Os catálogos destinados às mostras internacionais tinham características próprias e bem diferentes de catálogos expositivos conhecidos atualmente. Pudemos contar com as seguintes publicações: o das exposições brasileiras de Paris (1867 e 1889); Viena (1873); Filadélfia (1876); das exposições baianas de 1872 e 1875 que passamos a analisar. Atualmente, quando nos referimos a um catálogo de exposição a primeira característica que vem à mente é a imagem. Os recursos de cor e imagem, a reprodução dos objetos que compõem a exposição e, textos curtos em linguagem sintética e simples, não ocorrem nas Exposições do século XIX. No entanto, a lógica das universais não era meramente informativa ou ilustrativa. Seguiam o enciclopedismo e didatismo burguês.

A sociedade burguesa estava se estabelecendo como padrão, precisava conquistar espaço, recrutar governos e pessoas. Por estas razões, os catálogos das Exposições Universais se distinguem na estrutura, no volume de informação e na forma como esta informação é apresentada.

Os catálogos dos pavilhões brasileiros nas Exposições Universais seguiam a orientação internacional. Os catálogos nacionais encontrados durante a fase de pesquisa demonstram dois modelos diferenciados: os enviados à Paris em 1867 e Viena, em 1873¹² descrevem, pormenorizadamente, o país informando o clima, relevo, produção econômica, sistema de governo e população. Estes informes sobre o Brasil são bastante ideais, sedutores e otimistas quanto ao futuro. O segundo modelo se vê no catálogo da Exposição Brasileira para a Exposição Nacional de 1875 e o evento de Paris em 1889, parte da classificação estruturada em listas em que os produtos são enquadrados nas categorias dadas pelas comissões internacionais.

¹² BPEB/ A edição do Catálogo de 1873 foi uma edição ampliada do texto de 1867. As informações sobre população foram atualizadas e foi inserido um texto sobre a situação do trabalho escravo no Brasil, com informação sobre a Lei do Ventre Livre e a emancipação gradual do sistema escravista. *O IMPÉRIO do Brasil na Exposição Universal de 1873 em Viena d'Austria*/ Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873.

Via de regra, as classificações baseavam-se em princípios enciclopédicos que, como explica Michel Foucault, foi recurso inspirado pela História Natural transportado para outros ramos da ciência. Para Foucault, o ato de classificar estabeleceu os códigos ordenadores da nossa cultura e através deste ato nos tornamos mais familiarizados com o mundo que nos rodeia além de instrumento para a compreensão da sociedade. Instituições como museus, universidades e mesmo as exposições surgem com o objetivo de serem espaços em que o mundo natural em foco deveria ser descrito em detalhes, transformando-se em espaço de construção de conhecimento consolidado pela história natural. No momento de construção das ciências o recurso à classificação eliminava a temporalidade, justapondo seres uns ao lado dos outros segundo traços comuns. Filosofia que, incorporada ao darwinismo, passou a conceber estágios de desenvolvimento com os vencedores no topo igualados aos mais aptos. Essa noção transposta e aplicada para as sociedades humanas teve como ponto de partida a sociedade burguesa, modelo prevalente na segunda metade do século XIX (FOUCAULT, 1966, p.142-146)¹³. Um expediente intelectual que sustentava as Exposições Universais, o funcionamento dos eventos, a composição dos catálogos e, mesmo, a disposição e apresentação dos produtos no espaço expositivo carreando a ordenação dos papéis desempenhados pelos países participantes arquitetando o compartilhamento entre fatores ideológicos, a mentalidade cientificista de tendência enciclopédica e os jogos do poder entre as nações.

Para as Exposições Universais o pêndulo do pensamento classificatório ora seguia princípios franceses, ora ingleses ou norte-americanos criando enquadramentos diferentes de exposição para exposição e evidenciando questões nacionais, filosóficas e pragmáticas entre esses países. A “reflexão classificatória” de meados do século XIX encontrava eco nas taxonomias naturalistas do século anterior; classificar correspondia ao ato de conhecer (SCHROEDER-GUDEHUS; RAUSMUSSEN, 1992, p.21-23).

Ainda que ocorressem algumas variações de evento para evento as classificações são consideradas por Heloísa Barbuy como traço de permanência (BARBUY, 2006, p.43). Cumpriam a função de classificar e comparar. A primeira, classificar, formava a “coluna vertebral” e estabelecia o padrão de ordem segundo

¹³ Os dois teóricos mais em voga no debate da classificação do mundo foram Buffon e Lineu antagônicas entre si. Na proposta de Lineu toda a natureza poderia entrar numa taxonomia, podendo ser explicada por similitude encaixando-a no esquema nome/teoria/gênero/espécie/atributos/usos/literária. Diferentemente para Buffon os esquemas rígidos de classificação não conseguiam abranger a complexidade da natureza (FOUCAULT, 1966, p.139-140).

princípios de afinidade, organizando séries, grupos e classes formando conjuntos coerentes. Por sobre esses conjuntos se faziam as comparações (a 2ª. função) facilitando a avaliação a ser feita pelos júris de premiação. Interessavam inclusive para fins da própria apresentação dos produtos arrumados de acordo com essa lógica que vinha ao encontro ao interesse do produtor e do comerciante, portanto, útil para os negócios, para os visitantes e para os especialistas.

Organizar um catálogo de tal complexidade não era mesmo uma tarefa simples. A organização do catálogo da exposição exigia empenho e conhecimentos muito específicos, uma empreitada que requeria a participação de pessoas cultas e infatigáveis. É o que se depreende da apresentação do catálogo para a segunda exposição nacional (preparatória para a realizada em Paris, em 1867), missão levada a termo por Matheus da Cunha e Raphael Archanjo Galvão Filho, no Rio de Janeiro (11 de novembro de 1866)¹⁴:

Encarregados de confeccionarmos o catalogo dos produtos que concorreram á segunda Exposição Nacional, mal podemos mediar a altura do encargo que veio pesar sobre nós, pois que no começo da impressão das primeiras folhas desta obra fomos privados da valiosa colaboração do nosso intelligente e infatigável companheiro o Sr. Dr. Gabriel Militão de Villa Nova Machado, chamado a exercer outras funções no teatro da guerra.

O dever compellio-nos á não recuar e continuarmos.

Enumerar os entraves e difficuldades com que lutamos na inculca de elementos, que deveriam achar-se nos catálogos provinciaes, mas de que alguns foram inteiramente deficientes e meras relações de nomes sem indicações: confessar que a recepção dos productos foi prorrogada indefinidamente até hoje mesmo para a corte, e finalmente chamar a atenção dos leitores para o systema de classificação que cumpria-nos seguir na forma do regulamento de 16 de fevereiro ultimo, seria desnecessário porque é evidente e está no conhecimento da maioria dos visitantes da exposição.

Para responder por essa tarefa e contornar os problemas com a classificação consultavam diferentes obras de diferentes especialistas¹⁵:

Consultamos para a classificação botanica entre outros os trabalhos dos Drs. Martius, Velloso, Freire Allemão e o diccionario de plantas medicinaes do Brazil do nosso illustrado amigo Dr. Nicoláo Joaquim Moreira e finalmente servimo-nos do que escrevemos como secretários do jury da primeira exposição. (...)

¹⁴ BPEB/ Catalogo da exposição nacional de 1866, pg. I, II e III.

¹⁵ Francisco Freire Alemão, botânico que participou, entre os anos de 1859 e 1861, da Comissão Científica de Exploração (CCE), também conhecida como Comissão das Borboletas com a missão de coletar espécimes da flora e fauna brasileira, fazer estudos sobre as populações indígenas, recolher material etnográfico. KURY, Lorelai. A Comissão Científica de Exploração (1859-1861): a ciência imperial e a musa cabocla/ São Paulo: Andrea Jacobson, 2008.

Fizemos menção dos nomes botânicos de grande numero de plantas e das arvores de que se extrahem madeiras próprias para construção, seguindo os trabalhos dos mestres da sciencia; quanto ás ultimas, attendendo á sua importancia anotamo-las em grande parte com as indicações das dimensões em palmos e metros.

Os membros da comissão nacional deixaram transparecer as dificuldades em trabalhar com os catálogos provinciais que não chegavam ou que chegavam com atraso, o que pode ser um sintoma das dificuldades de comunicação entre as comissões provinciais e a nacional. Isso gerava problemas que poderiam prejudicar a participação do Brasil nos eventos internacionais. As deficiências provinciais eram contornadas polidamente pelas Comissões Nacionais como ilustra a continuidade do documento a que nos referimos acima. A Comissão Nacional, no discurso oficial impresso, cuidava de encobrir as lacunas ou mesmo a falta dos catálogos provinciais. Para conhecer a “coleção de produtos naturais” foi preciso recorrer a explicações de pessoas ilustradas e de teóricos em voga no período.

Outra dificuldade eram as denominações. A designação “produtos naturais” – a parte mais importante e numericamente representativa da exposição brasileira -, era conhecida somente nas regiões de origem, requerendo explicações precisas quanto às finalidades e usos:

O methodo que seguimos pareceu-nos o mais apropriado ao caráter especial dos productos naturaes, que constituem a parte mais importante da Exposição Nacional, isto é, productos cujos nomes indígenas só são conhecidos nas localidades d’onde procedem e que exigem noticias precisas de suas applicações. (...) ¹⁶

Os produtos industriais e comerciais, por vezes, não recebiam a mesma atenção: “demos noticias ligeiras sobre aquelles productos de maior interesse industrial e comercial”. Havia outros fatores complicadores como o curto espaço de tempo - a “pressão da urgência” - a extensão territorial do país de onde afluía uma variedade de produtos exigindo conhecimentos específicos foi usada de argumento para desculpar as imperfeições no catálogo:

A curteza do tempo não permittio que houvesem mais do que uma revisão das provas typographicas, trabalho que por não podermos pessoalmente desempenhar foi feito por especial favor pelo Sr. 1º. Secretario Dr. Souza Rego a quem agradecemos.
A pressão da urgencia sob a qual foi feito este catalogo e o que mais é a importância do assunto que exige conhecimentos tão variados sobre diversos ramos de sciencia, que não temos a veleidade de

¹⁶ BPEB/ Catalogo da exposição nacional de 1866, pg. I, II e III.

querer abranger, servem-nos de escusa para as lacunas e imperfeições que houverem e que confiamos serão supridas pelas luzes das ilustradas commissões do jury.

Especialistas eram chamados a colaborar, porém, a leitura da documentação não deixa dúvidas de que as grandes classificações e categorizações utilizadas na Europa ainda eram senão desconhecidas de pouca intimidade para os envolvidos com as Exposições Nacionais e Provinciais.

Acompanhar a estrutura de organização dos catálogos - os grupos, as classes, as seções, as categorias nas seções, as chamadas “coleções” (que remetem à noção de grupo de coisas similares) -, evidencia o fato de que seguir as grades classificatórias internacionais enviadas nem sempre era possível. Percebe-se que algumas são mantidas, outras desaparecem. Surgem então os vazios ou ‘saltos’ ao se confrontar a lista extensa de categorias internacionais, nacionais e locais. Uma explicação possível para essas lacunas pode ser a da não existência de produtos que se encaixassem na classe, não havia produção, ou sem que saiba a razão não foram chamados a participar¹⁷.

O Brasil confeccionou seus catálogos seguindo o padrão estabelecido pelas Exposições Universais, que determinava fossem confeccionados por país. A nação sede elaborava seu catálogo e as nações convidadas os seus volumes traduzindo-os para a língua oficial do país organizador em outros idiomas: inglês, francês, alemão e espanhol.

5. As classificações e a organização do mundo em exposição

As classificações não eram somente estruturas que serviam para organizar produtos ou a sua apresentação. Conforme Schroeder-Gudehus e Rausmussen, as classificações refletiam o debate e disputa sobre a mais importante nacionalidade. Londres ou Paris reivindicavam a “paternidade da idéia da exposição universal”. Assim, se a exposição acontecia em país ou no outro as classificações se viam modificadas até mesmo em nome de um hipotético estilo nacional, o que modificava os critérios de julgamento dos júris tornando-se uma competição que levava consigo questões de comércio e indústria. Os fundamentos filosóficos eram postos em cheque bem como a lógica de criação das classes que interferia no julgamento dos produtos, o que equivale dizer, ao julgamento das próprias nações-sede.

¹⁷ No caso da Bahia chama a atenção a forte organização de oficiais mecânicos que trabalhavam com marcenaria, com o ferro, vidro e ourives com conhecimento tradicional como constata Lisie Reis (2006).

As classificações, portanto, se tornavam testemunhas de um particularismo intelectual que era conveniente aplicar ou, modificar motivo para abertura ou exclusão de classes. O que estava em jogo nos ordenamentos taxonômicos era, enfim, a produção manufaturada o que podia determinar desdobramentos para os ramos da indústria, das artes, das inovações e assim por diante. Questões dessa natureza criavam tensões que eram ajeitadas com justificativas bem argumentadas e influenciando nas nomenclaturas e o que cobririam seguindo o princípio da universalidade (a “cada indivíduo, uma denominação”), e o da univocidade (“uma só denominação por indivíduo”). Tais as condições nas quais se encravou o espírito de criação das classificações que sofriam modificações demonstrando sua instabilidade. Ao lado desse aspecto havia outro o do desenvolvimento disciplinar das classificações expandidas pelas pretensões científicas coladas às exposições (SCHROEDER-GUDEHUS; RAUSMUSSEN, 1992, p.22-25, 28). Os países participantes, como o Brasil, procuravam se inserir nas diferentes lógicas classificatórias.

No Brasil, o esforço em elaborar uma publicação para cada exposição era por vezes trocado pela adaptação de catálogos antigos aproveitando textos anteriores. Isto não quer dizer que as informações eram repetidas, mas, atualizadas para que se aproveitasse um tempo que era bastante curto para a execução de tarefa tão complexa. Eram mantidas e atualizadas informações sobre o país e suas províncias e modificadas as dos produtos escolhidos e os expositores selecionados.

Com os catálogos prontos eram feitas grandes tiragens para distribuição. Todas as despesas de cópias, distribuição e transporte dos exemplares ficavam por conta do Governo Imperial. Quanto ao custo para a confecção podemos inferir que o montante gasto até o destino final deveria ser maior que os benefícios materiais imediatos. A distribuição incluía além dos países sede das Exposições Universais, bibliotecas, institutos de pesquisa, escolas, museus e Câmaras Municipais das cidades que colaboravam com os eventos.

Ilmo e Exmo Snr

De ordem da Comissão Superior remetto a V. Ex.a um volume contendo 100 exemplares, sendo 50 do catalogo da Exposição Nacional e 50 do suplemento nº1, para serem distribuidos pelas bibliothecas e expositores¹⁸.

No seio do arranjo classificatório - como se pode acompanhar no catálogo da 2ª. Exposição Nacional -, para cada uma das seções, grupos ou classes indicava-se a

¹⁸ APB/ Seção colonial e provincial, maço 1587/ Ofício expedido ao Presidente da Província da Bahia pelo Secretário da Exposição Nacional Joaquim Antônio de Azevedo. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1876.

provincia de origem dos materiais, o nome dos produtores individuais ou corporativos. Segundo o Regulamento da Exposição Universal da Filadélfia de 1876, os produtos a serem seleccionados e enviados deveriam respeitar dez divisões:

Secção Primeira

Materias Primas: vegetaes, mineraes e animaes

1º Materias primas, mineral, vegetal e animal.

2º Materiaes e manufacturas, usados para alimentação ou nas artes, o resultado de processos de extracção ou combinação

3º Generos; vestidos e adornos para pessoas

4º Moveis e manufacturas de uso geral em construções e edificios

5º Ferramentas, instrumentos, machinas e processos

6º Motores e transportes

7º Aparelhos e methods para o aumento e difusão do ensino

8º Engenharia, obras publicas e architettura, etc.

9º Artes plásticas e graphicas

10º Objectos que illustram os esforços realizados para melhorar a condição physica e moral do homem

Essas divisões davam parâmetros para ordenar o universo da produção local (ou nacional). O desmembramento de grupos a coleções se apresentava no geral como exemplificamos no gráfico abaixo:

Tabela 3 - Categorias do Catálogo

GRUPO				
1º Grupo	CLASSE			
	3ª. CLASSE	SEÇÃO		
	Productos agrícolas e alimentares	1ª. Secção	CATEGORIAS	
		Cereaes, legumes, tuberculos e raízes	1ª. Cathegoria	COLEÇÃO
			Cereaes	(ex.) Província da Bahia
			Ex. (p. 164)	
			Província da Bahia	Feijões
			Arroz branco	1471 Feijão branco
			Arroz trigueiro	- Cidade de Cachoeira
			Milho branco	1472 Feijão caboclo
			Milho vermelho...	- Idem
			2ª. Cathegoria	1473 Feijão mulatinho – Cidade de Caravellas
			Legumes	1474 Feijão olho de pombo – Cidade de Cachoeira
				

Compunha-se uma escala hierarquizada aproveitando (e adaptando) o trabalho, as regras ou modelos das comissões estrangeiras. A ordenação subdividida procurava dar conta de relações hierárquicas e genéricas privilegiando filosofias de países que se distinguiam pelos aspectos ideológicos e culturais. As autoras francesas identificaram nas classificações influências dos métodos de classificação de Auguste Comte, da difusão das teses de Darwin, de reflexões teóricas sobre classificações da química de Dmitri Mendeleiev, dos grandes dicionários e enciclopédias do século XIX, das articulações no campo da biblioteconomia e de nomenclaturas profissionais (SCHROEDER-GUDEHUS; RAUSMUSSEN, 1992, p.21).

No caso da Bahia de forma paralela entravam as “artes primitivas” como material indígena, a “arte popular” própria dos usos do sertão ou interior, as “prendas domésticas” ligadas ao universo feminino, como rendas, bordados ou licores, o premiado “vinho de cajú”, doces e geléias.

6. A Província da Bahia nas Exposições Nacionais de 1873 e 1875

Em um volume com mais de 200 páginas o “Catálogo da Província da Bahia” (1872), correspondente à exposição preparatória de Viena no ano seguinte, se tem a notícia de mais de 1.000 produtos expostos, 154 expositores, superando a exposição provincial de 1866 (com 419 produtos expostos, e 78 expositores¹⁹). Nessa exposição os produtos baianos foram organizados por grupos num total de 26, observando-se, pela leitura, os tais ‘saltos’ a que nos referimos acima, o que pode significar que a Província fez adequações. Listamos os grupos e o número de produtos de cada grupo na Tabela 4 a seguir.

Como se observa a ênfase e força da Bahia estava nos produtos da agricultura, indústria têxtil, de alimentos e o das minas. Por produtos de “indústria” compreendiam-se tecidos de algodão rústico, e no grupo dos alimentos todos os materiais brutos que a Província produzia: cana, café, tabaco, algodão e os alimentos processados como: licores, vinhos, embutidos, etc.

¹⁹ Cf. discursos de abertura de Joaquim Pires Machado Portella; do Dr. Antonio Mariano do Bomfim e de Manuel Jesuino Ferreira; Dr. Firmino Dórea (Catálogo da Exposição Provincial da Bahia de 1872, p.3-32).

Tabela 4 - Produtos baianos por grupo

Grupos	Produtos enviados²⁰
1º grupo - produtos das minas, pedras, areias calcáreas, madreporas, argillas, etc.	95
2º grupo - agricultura, fibras vegetais, horticultura, madeiras e plantas medicinais.	313
3º grupo - produtos químicos e farmacêuticos	24
4º grupo - produtos da indústria, substâncias alimentícias e de consumo.	110
5º grupo - confecções da indústria, indústria têxtil e preparados de tecidos.	137
6º grupo - indústria do couro	13
7º grupo - indústria dos metais	12
8º grupo - madeiras trabalhadas (móveis, etc.)	36
9º grupo - artefatos de cerâmica	15
10º grupo - objetos de arte e de fantasia	29
12º grupo - artes gráficas e desenhos industriais	3
13º grupo – máquinas	5
14º grupo - instrumentos de precisão	4
15º grupo instrumentos de música	2
16º grupo - arte militar	4
17º grupo – marinha	2
18º grupo - arquitetura, processos de engenharia, obras públicas e arquitetura	9
20º grupo - instrumentos agrários e utensílios de habitações rurais	4
25º grupo - belas artes	12
26º grupo - educação, instrução e ensino	11

²⁰ A partir do produto 851 são os doados pelo Gabinete de História Natural mamíferos, aves, répteis, ofídios, batráquios, peixes, animais 'amellados' (insetos, miriapodes), vermes, moluscos, zoófitos; reino vegetal – madeiras; reino mineral – minerais; objetos dos aborígenes.

Na Exposição Nacional de 1875, preparatória para a Exposição Universal de Filadélfia, o catálogo nacional segue as seções (9), grupos (98) e classes (980) onde não foram preenchidas as categorias para um total 387 produtos. Deve-se considerar que poderiam ser amostras, conjuntos de objetos, obras-de-arte ou provindos de expositores individuais. Nota-se, novamente, os ‘saltos’ na numeração em mais uma indicação que não só a Bahia, mas, o Império apresentava os produtos e objetos próprios da terra, com adaptações respeitando o contexto local. Exemplificamos no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Seções, grupos e classes presentes no catálogo da Exposição Nacional de 1875

Seção	Grupo	Classe	Produtos
Seção primeira - matérias primas, minerais, vegetais e animais	Grupo X - minerais, minérios, pedras para construção, produtos metalúrgicos	Classe 100 - minerais metálicos e não metálicos, exceto carvão e óleos. Coleções sistemáticas de minerais e de minérios. Coleções geológicas.	• minério de ferro - Ilhéus • minério de ferro - Morro do Chapéu • turmalinas - Belarmino Silvestre Torres • cascalho diamantino - Antonio de Souza Barros • cristal de rocha - Emilio da Silva Gomes

A contagem nos catálogos não era feita por produto, mas, por categoria ou expositor. A província baiana enviou muitas matérias-primas. O grupo 13 não foi especificado, mas pode se referir a amostras de madeira já que há uma entrada de 234 amostras. O segundo grupo, mais representativo de 30 amostras refere-se a variedades de tabaco e preparados para o fumo (grupo também sem identificação). A falta de identificação devia possibilitar aos organizadores dos catálogos certa liberdade na inserção de novos objetos ou produtos selecionados, sem ter que modificar a estrutura geral. Pode-se pensar em expediente utilizado para produtos típicos do Brasil, ou seja, as matérias-primas particulares ao clima e condições naturais brasileiras. Destacamos na Tabela 5, a seguir, os produtos que a Bahia enviou ao Rio de Janeiro que constam no Catálogo Brasileiro para Filadélfia (Estados Unidos da América).

Tabela 5 - Exposição Nacional de 1875 - produtos baianos

SEÇÃO		
	GRUPO	
		Produtos/ amostras/ expositores
1ª matérias-primas, minerais, animais e vegetais	10 - minérios, minerais, pedras para construção, produtos metalúrgicos	7
	11 - produtos agrícolas destinados especialmente para a alimentação	4
	13 - não identificado (madeira?)	234
	14 - não identificado	30
	16 - peles e animais empalhados	-
	17- moluscos	1
	18 - não identificado	5
2ª- substâncias e preparações para alimentos ou uso das artes resultados de processos extrativos e de combinação	20 - extratos e composições de origem vegetal ou animal destinados principalmente para alimentação	28
	21 - não identificado	2
	22 - óleos, sabão, velas para iluminação e outros	5
	23 - não identificado	9
	24 - não identificado	-
	25 - pomadas, [xxx], perfumes, substâncias medicinais	-
	26 - pedra artificial para edifícios e cornijas	-
	27 - arte cerâmica, faiança, porcelana e vidro	8
	28 - pólvora de várias granulações	-
3ª tecidos, produtos manufaturados de fibras, filtros e lã, vestidos, trajes e ornatos	29 - não identificado	-
	30 - estofos de substâncias vegetais e minerais	-
	31- tecidos	-
	33 - não identificado	-
	34 - não identificado	4
	35 - chapéus, bonés, luvas, etc	4
	36 - rendas, etc.	1
	37 - jóias e ornamentos metálicos ou minerais para uso pessoal	-
4ª móveis e alfaia de uso geral em construções e habitações	38 - enfeites, flores artificiais, botões, franjas, guarda-sol, bengala	-
5ª utensílios, instrumentos, máquinas e processos		19
		3
6ª motores e meios de transporte		-
7ª modelos e métodos para o aumento e difusão do ensino	75- observações metereológicas	1
	89- instrumentos de percussão	2
8ª engenharia, obras públicas e arquitetura		
		12

9ª artes plásticas e gráficas	90- desenhos industriais	-
	91- mosaicos	4
	92- desenhos e modelos de edifícios religiosos, públicos e particulares	-
	93- ornamentos e alfaia do interior de edifícios públicos e particulares	1

Algumas categorias de produtos surpreendem por sua ausência na lista baiana de produtos e inventos, outros pela presença. No primeiro caso, o da ausência, na seção quinta referente a utensílios, instrumentos, máquinas e processos, no grupo L (50), classe 500 (máquinas e utensílios para minerar, para metalurgia, processos químicos e artes extrativas), apesar da Bahia ter passado pelo ciclo do garimpo e suas lavras rendido algumas centenas de quilos de ouro ao governo português, a província não apresentou materiais relacionados ao garimpo ou técnicas utilizadas na atividade extrativa. Outros objetos impressionam pelo inusitado como o quadro de cabelos do expositor Carlos Paraguassú de Sá, grupo 98, classe 980 que englobava ornamentos e alfaia do interior de edifícios públicos e particulares.

Inusitados, raros, preciosos ou não, todos esses produtos passavam por avaliação de jurados que conferiam os prêmios e honrarias para aqueles selecionados por merecimento.

6. Venturas e desventuras da província da Bahia

A intenção em bem representar o Brasil no exterior através das Exposições Provinciais Baianas (1866-1888) envolve o alinhamento da Bahia ao projeto maior de construção da imagem civilizada do Brasil de D. Pedro II, e ao pensamento da modernidade como motriz de todas as mudanças na Bahia do século XIX, embora transportando em seu cerne séries de contradições e embates. Para tanto, basta lembrar que as práticas populares eram vistas como incivilizadas no inverso das aspirações das elites que pretendiam atitudes racionalizadas, moralizadas e cultas dos indivíduos e, a adoção de padrões culturais europeus como apontam muitos autores (LEITE, 1996).

No período entre 1870-1880 em que ocorrem as Exposições Provinciais, a província da Bahia e a cidade do Salvador passaram por fases bastante difíceis. Depressão econômica, ciclos longos de seca²¹, carestia e guerra. Comerciantes, empresários e moradores das freguesias de Salvador pressionavam os poderes

²¹ Com prejuízo às safras e decorrente movimento de migração para a capital e venda em massa dos escravos das áreas atingidas.

públicos por melhorias urbanas para serviços de iluminação e limpeza pública, abertura e calçamento de ruas dando então certa fluidez no trânsito de pessoas e de transportes. Quanto à limpeza urbana, em 1867, o governo teve a iniciativa de nomear uma comissão de engenheiros da província com a missão de elaborar um plano mais convincente para o asseio e limpeza da cidade com mais regularidade e economia; reflexo dos surtos de febre amarela e epidemia de cólera entre 1849-1875, se prolongando até 1930 (BÉLENS, 2002). A Guerra do Paraguai e a consequente carestia de abastecimento, para prejuízo das Exposições da Província, colaboraram muito para a ineficácia dos transportes de passageiros e cargas na Bahia²².

No período das Exposições Universais do XIX, a província da Bahia e, especialmente, a capital Salvador, mudavam rapidamente, e mesmo em meio a crises periódicas modernizava os transportes, instalava o telefone e mudava a feição da capital, abrindo ruas mais largas e procurando uma nova civilidade para a população mestiça que andava pelas suas ruas.

Na mesma época enquanto no exterior aconteciam verdadeiros espetáculos expositivos, no Brasil se dava a quebra de estruturas consideradas arcaicas, conseguidas com a abertura dos portos (1808); a extinção do tráfico negro (1850); a lei de terras de 1850. As aristocracias coloniais assumiam formas burguesas de pensar e agir. Houve aclimação do liberalismo e do progresso técnico com a escravidão e da sociedade civilizada com o que era considerado incivilizado ou mesmo bárbaro. Não havia antagonismo entre o capitalismo brasileiro, nascido a partir do escravismo que se nutria do sistema capitalista mundial em formação (PESAVENTO, 1997). O paradoxo da modernidade brasileira parece se situar não no fim, mas no caminho percorrido, muito diferente das sociedades européias. Do trabalho escravo se desejava passar ao livre, sem a assimilação dos negros do país e a desejada livre concorrência sem abolir velhos privilégios dos grandes monocultores. D. Pedro II, no entanto, não queria o Brasil representado como convidado rico em recursos naturais ou pródigo em artigos curiosos, mas, como país moderno, na marcha célere rumo a um estado de civilização igual ao modelo europeu, mais especificamente, o francês. Os eventos nacionais deixam entrever estratégias estabelecidas com esse fim. Não

²² A viação férrea na província começa a ser instalada a partir da lei nº641, do governo imperial, de 26 de junho de 1852 (SIMÕES, 1977, p.21). Segundo Kátia Mattoso, a dificuldade maior enfrentada pela instalação de uma rede ferroviária na província da Bahia devia-se à resistência dos donos de terras que não desejavam que passassem por suas propriedades ou se opunham à construção por sentimentos de estranhamento à nova forma de transporte. A postura conservadora aliada à falta de recurso causou a má integração da malha ferroviária baiana, encarecendo o transporte de mercadorias e passageiros (MATTOSO, 1992, p.473).

obstante o investimento material e humano a realidade interna brasileira não caminhava na mesma direção.

Os catálogos nacionais indicam que a província da Bahia colaborava mais com produtos agrícolas e manufaturas simples, embora houvesse maquinismos e processos nos acervos enviados, mas eram considerados pouco representativos pelos envolvidos. Como vimos, superar as dificuldades exigia esforços muito grandes. Na Exposição Nacional de 1875, por exemplo, do total de 325 produtos selecionados para o catálogo, 234 eram amostras de madeiras nativas, 28 eram extratos de origem vegetal ou animas destinados à alimentação, 1 texto sobre observações meteorológicas e nenhum desenho industrial. Máquinas, técnicas e processos que eram parte importante das exposições mundiais não faziam parte do acervo baiano.

Na província da Bahia, os eventos – em menor escala – tinham de alcançar do mesmo modo a função de alavancar a civilização, construir e apresentar localmente o retrato da sociedade burguesa, afinada aos padrões da modernização. Enfim, aproveitar a oportunidade para se tornar a vitrine de produção regional e local. Muito mais, pode-se dizer, do que um simples inventário de coisas. Os discursos e falas dos certames deixam clara esta intenção. A documentação permite lançar uma pequena luz sobre a Modernidade na Bahia sob o ponto de vista do discurso elaborado pelas elites receptoras e intérpretes dos eventos internacionais. Paulatinamente acontecem mudanças modernas na capital em provável adoção da estética das Exposições Universais colocada pelos equipamentos urbanos em funcionamento, caso do Parafuso (antecedente do Elevador Lacerda) (TRINCHÃO, 2010), a implantação de transportes urbanos (bondes), a introdução do telefone, as reformas no Bairro do Comércio.

No caso da Bahia, por ser um evento destinado a alguns segmentos da sociedade, mais precisamente políticos, intelectuais, industriais e agricultores a tendência foi alijar os menos favorecidos dos centros de saber e poder econômico, ou seja, grande parte da população baiana. Diferentemente do que aconteceu com as exposições universais, a exemplo de Paris, em 1889, que pretendia chamar toda a sociedade incluindo trabalhadores e operários (BARBUY, 1999), na província da Bahia, por esse alijamento social, o dístico “Festa do Trabalho” parece deslocado, pois, não se trata da mesma noção glorificada nas festas internacionais em uma Bahia escravista do século XIX.

Referências

BARBUY, Heloisa. *A exposição Universal de 1889 em Paris*. São Paulo: Edições Loyola, 1999. 155p.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 322p.

BÉLENS, Adroaldo. A Modernidade sem rostos: Salvador e a telefonia (1881-1924). 2002. 198f. *Dissertação* (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, 2002. Orientadores: Antonio Fernando Guerreiro de Freitas; Olival Freire Junior.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 237p.

FARIAS, Gelásio de Abreu. *Memória Histórica do Ensino Secundário Oficial na Bahia: durante o primeiro século (1837-1937)*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937. 111p.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 17ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2008. 79p.

KAZAN, Mariana. *O Império do Brasil nas Exposições Universais: um projeto nacional de modernidade*. In ANAIS do Museu Histórico Nacional, vol. 37, 2005, p.225-234.

SCHROEDER-GUDEHUS, Brigitte e RASMUSSEN, Anne. *Les Fastes du Progrès: le guide des Expositions Universelles 1851-1992*. Paris: Flammarion, 1992.

SZMRECSÁNYI, Tomás; LAPA, José Roberto (Orgs.). *HISTÓRIA econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec, 2002. 324p.

MATTOSO, Kátia. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. 747p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997. 231p.

SIMÕES, Lindinalva. *As Estradas de Ferro do Recôncavo*. Salvador: edição do autor(a), 1977.

TRINCHÃO, Gláucia Costa. *O Parafuso: de meio de transportes a cartão-postal*. Salvador: EDUFBA, 2010. 246p.

TURAZZI, Maria Inês. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889)*. São Paulo: Funarte: 1995. 310p.

Fontes

Arquivo Público do Estado da Bahia – seção colonial e provincial

Maços 1587 e 1568

Biblioteca do Estado da Bahia – seção de obras raras

ALVES, Marieta. *Dicionário de artistas e artífices da Bahia*. Salvador: Centro Editorial e Didático, 1976.

O Império do Brasil na Exposição Universal de 1873 em Vienna d'Austria. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873.

Catálogo da Exposição Nacional de 1866. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

Catálogo da Exposição Provincial da Bahia de 1872. Bahia: Typografia de J. G. Tourinho, 1872.

Data de recebimento: 20.07.2017

Data de aceite: 30.08.2017